

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.970 - RJ (2019/0252119-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : TRANSPORTES VILA ISABEL S/A
ADVOGADO : JOSÉ MARCOS GOMES JUNIOR - RJ077857
AGRAVADO : JERONYMO SERRA LAMEIRA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA AMELIA COUTINHO LAMEIRA
ADVOGADOS : ARTUR COUTINHO LAMEIRA - RJ059018
ANDREA COUTINHO LAMEIRA - RJ150449

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TRANSPORTE VILA ISABEL S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. MOTORISTA QUE NÃO AGUARDA A SAÍDA COMPLETA DO PASSAGEIRO DO INTERIOR DO ÔNIBUS PARA SAIR COM O VEÍCULO. IDOSO QUE SOFRE SEQUELAS FÍSICAS COM A QUEDA NO MEIO FIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, COM DANO MORAL FIXADO EM R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS). IRRESIGNAÇÃO RECURSAL DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO QUE NÃO MERECE ACOLHIDA. ELEMENTOS DE PROVA DOS AUTOS QUE SE MOSTRAM SUFICIENTES E ADEQUADOS PARA A COMPROVAÇÃO DOS FATOS E DO NEXO CAUSAL. VÍTIMA QUE SOFRE LESÕES E É LEVADA PARA HOSPITAL, SOFRENDO TRAUMAS, ANGÚSTIA E ABORRECIMENTOS ANORMAIS DA VIDA DE RELAÇÃO. DANO MORAL ARBITRADO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO"(e-STJ fl. 212).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 242-248), alega o recorrente violação dos artigos 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015 e 944 do Código Civil.

Sustenta que o acórdão não explicitou quais aspectos envolvidos à lesão física fariam adequada uma retribuição no importe de R\$ 8.000,00 e negou aplicação à norma que preconiza que "A indenização mede-se pela extensão do dano".

Apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem. Daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência

Superior Tribunal de Justiça

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, quanto ao artigo 1.022 do CPC/2015, registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ATO CONCRETO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE APRECIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. TITULARIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO. LEI 13.327/2016. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda de forma clara e precisa.

2. É vedado, em sede de agravo interno, ampliar-se o objeto do recurso especial, aduzindo-se questões novas, não suscitadas no momento oportuno, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.

3. A prescrição da pretensão, por ser de reenquadramento funcional, atinge o próprio fundo de direito e está em sintonia com a jurisprudência firmada no âmbito deste e. STJ.

4. A via especial é inadequada para análise de Portarias, Resoluções, Regimentos, ou qualquer outro tipo de norma que não se enquadre no conceito de Lei Federal.

5. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem ao advogado público.

6. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 801.104/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016 - grifou-se).

No tocante a pretensão recursal de reduzir o valor arbitrado a título de indenização por danos morais mostra-se inviável na estreita via do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que não se pode afirmar desarrazoado o arbitramento da indenização devida pela recorrente no valor de R\$ 8.000,00 (cinco mil reais).

Não se pode dizer que a referida quantia destoa dos parâmetros adotados por esta Corte em precedentes análogos, ao revés, revelam-se perfeitamente adequadas diante das especificidades do caso concreto, sendo inarredável, assim, a aplicação à espécie do óbice inserto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator